

Audiência Pública debate a estrutura do Conselho Tutelar de Pelotas.



Audiência Pública proposta pela Vereadora Daiane Dias-PSB, debate acerca da estrutura do Conselho Tutelar de Pelotas.

Foi realizada na manhã desta quinta-feira no plenário da Câmara de Vereadores, Audiência Pública alusiva ao dia do Conselheiro Tutelar e acerca do déficit estrutural do Conselho Tutelar.

Em sua fala inicial a Secretária de Governo Clotilde Conceição Vitória reconheceu a importância do trabalho do Conselho Tutelar e informou aos Conselheiros Tutelares que já estava sendo providenciada a aquisição de 05 (cinco) aparelhos celulares, e da doação de 06 (seis) microcomputadores que serão destinados ao Conselho Tutelar, para melhorar as condições de trabalho dos Conselheiros e que para o ano de 2018 será implantada nova central telefônica, atendendo assim reivindicações antigas e recorrentes do órgão, informou das dificuldades financeiras e do engessamento do governo dificultando o atendimento de todas as demandas. Reconheceu as péssimas condições dos veículos do Conselho Tutelar, porém, informou que não há recursos para a aquisição de novos veículos. Quanto ao elevador informou que já está autorizada a dispensa de licitação para o conserto do mesmo.

A Promotora de Justiça Luciara Robe da Silveira Pereira, responsável pela 3ª Promotoria Especializada (Promotoria da Infância e Juventude), falou na falta de reconhecimento ao Conselho Tutelar, mesmo sendo algo positivado em nossa legislação. Alertou acerca do advento do ECA e da "novidade" trazida pelo mesmo, que é dar voz e vez as crianças e adolescentes, reconhecendo estes como sujeitos de direitos.

A Vereadora Daiane Dias em seu pronunciamento recordou acerca do período que exerceu a função de Conselheira Tutelar, e cobrou o poder executivo acerca das dificuldades enfrentadas pelo Conselho Tutelar, alertando que tais problemas são recorrentes a muitas gestões, e que um desrespeito à Constituição Federal e ao ECA. Lembrou da insalubridade enfrentada pelos Conselheiros e das más condições da Casa dos Conselhos, alertou acerca da necessidade de o Poder Público repensar a destinação orçamentária ao órgão e as condições estruturais dos Conselhos Tutelares. A Promotora alertou que o Conselho Tutelar não é um órgão de execução, mas sim de garantia de direitos, sendo o órgão que requisita serviços a rede.

O Delegado Osmar Silveira dos Anjos titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente-DPCA, ressaltou a importância do Conselho Tutelar, classificando o órgão como a instituição mais importante criada pela Constituição de 1988. Falou acerca da excelência do trabalho prestado pelo Conselho Tutelar de Pelotas. Falou acerca das dificuldades estruturais e de pessoal (equipe técnica e administrativa) que acometem diversos órgãos públicos assim como o Conselho Tutelar, que por vezes necessita parar o atendimento para redigir um documento de urgência.

A Procuradora do Ministério Público do Trabalho Rubia Vanessa Canabarro, falou na importância da parceria do Ministério Público do Trabalho com o Conselho Tutelar, na identificação das situações de exploração do trabalho infantil. Discorreu acerca do respeito ao trabalho do Conselho Tutelar e da necessidade imensa de participação dos Conselheiros na luta pela erradicação ao trabalho infanto-juvenil.

Luana Almeida representando o Sindicato dos Municipários de Pelotas-SIMP, discorreu acerca das dificuldades da Assistência Social no município e acerca do fato de haver meninos e meninas na mesma casa lar.

A Vereadora Fernanda Miranda recordou o período que esteve desempenhando a função de Conselheira Tutelar, e que as reivindicações do órgão são as mesmas do tempo em que esteve à frente do órgão.

Responsável pelas informações:

José Francisco Assumpção da Luz
Conselheiro Tutelar de Pelotas/RS

Matrícula 34708